

OLIMPIADAS, COPA DO MUNDO E A VIOLÊNCIA ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO

José Douglas Alves dos Santos

Graduando em Pedagogia, Universidade Federal de Sergipe/UFS

Aísha Kaderrah Dantas Melo

Mestranda em Educação, Universidade Federal de Sergipe/UFS

Naiane Liborio Fontes

Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal de Sergipe/UFS

Priscila Dantas Fernandes

Mestranda em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal de Sergipe/UFS

Thamisa Sejanny Andrade Rodrigues

Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal de Sergipe/UFS

RESUMO

A experiência de estágio no curso de Pedagogia ultrapassa sua obrigatoriedade curricular e se reflete enquanto um momento de reflexão sobre a formação. Este artigo tem como finalidade apresentar as experiências vivenciadas em uma escola da rede pública da cidade de Aracaju/SE, com a inserção da temática Olimpíadas, Copa do Mundo e Violência Escolar, com o objetivo de discutir com as crianças como esses temas se relacionam com os conteúdos curriculares e com a vida delas, de seus pais e de toda sociedade. Na operacionalização das aulas utilizamos diferentes procedimentos metodológicos como leitura, escrita, desenho, aula expositiva e principalmente atividades que denominamos de “olimpíadas do conhecimento”. Relatamos neste trabalho uma experiência que vivenciamos com uma turma do 3º ano do ensino fundamental. Uma experiência oportuna para refletirmos sobre nossas práticas educacionais, sobre os conteúdos trabalhados em sala de aula e sobre a formação discente para o exercício da docência.

Palavras-chave: Educação; Olimpíadas; Copa do mundo; Violência escolar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho relata o desenvolvimento de um projeto de estágio que teve como foco de estudo as olimpíadas, a copa do mundo e a violência escolar. Tem como objetivo compreender como os dois maiores eventos esportivos da humanidade, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, se organizam socialmente, quais seus benefícios aos países que os recebem e/ou prejuízos, quanto ao desenvolvimento social dos países sedes, bem como aprofundar a compreensão da violência na escola, tendo em vista os diferentes tipos, motivos e consequências para o contexto escolar. Pretendemos com isso descrever

e analisar as atividades pedagógicas realizadas com alunos do 3º ano do ensino fundamental, do turno da tarde, da escola pública, localizada no bairro Grageru, em Aracaju-SE.

Na operacionalização das atividades do estágio utilizamos diferentes procedimentos metodológicos como a leitura, a escrita, o desenho, a aula expositiva e principalmente atividades que denominamos de “olimpíadas do conhecimento”. Nesta atividade, as crianças eram desafiadas, em grupos, a buscar respostas para as questões propostas pelos educadores. Além disso, utilizamos de um elemento fundamental para a prática docente que foi o registro das atividades realizadas no dia. Dessa forma, discutimos o que de fato deu certo com o planejado, o que não deu e de que forma poderíamos ter feito. Defendemos que

o registro sistemático e o retorno ao mesmo faz com que a ação pedagógica deixe de ser uma improvisação inconsistente. Ele contribui para uma prática mais reflexiva. Registrar seu próprio trabalho implica num re-pensar do mesmo. É a construção do conhecimento no trabalho e sobre o trabalho. (SILVA, 2004, p.47)

O Brasil, nos próximos quatro anos, passará por experiências esportivas que se refletirão na vida cotidiana de todas as pessoas. Eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, alteram a organização de uma sociedade, podendo trazer transformações sociais benéficas ou não à mesma.

Ao tratar deste assunto na experiência da disciplina Estágio Supervisionado III, ministrada pelas professoras Maria José, Mary Lourdes Santana Martins e Roseli Pereira Nunes, temos a pretensão de salientar o quão importante é discuti-los em todas as esferas da sociedade, principalmente na escola, onde encontramos a educação formal que pauta as aprendizagens do alunado e onde é possível discutir com mais ênfase aspectos estruturais e organizacionais do mundo contemporâneo.

Além de tratar dessas questões, propomos ainda com a turma em que o trabalho foi realizado um estudo e um debate sobre a violência, tendo em consideração que este é um elemento que faz parte da rotina de muitas escolas brasileiras, em especial das escolas públicas localizadas em bairros considerados periféricos.

Verificamos que no decorrer da história tivemos avanços em relação à proteção da integridade das crianças e dos adolescentes, no entanto, ainda há muito que se fazer para coibir a violência gerada contra eles. Nesse sentido, é preciso discutir nos espaços de

formação coletiva como enfrentar o problema da violência que a cada dia se torna mais comum na sociedade e, conseqüentemente, no ambiente escolar.

A importância desse tema se deve ao fato de que a violência no contexto escolar está cada vez mais visível e presente nas salas de aula brasileiras. Inúmeros episódios são relatados pela mídia diariamente e é papel da escola, enquanto instituição educativa, discutir sobre essa problemática com os alunos e promover debates em torno do tema.

Dessa forma, acreditamos que esse tema possa colaborar para um melhor relacionamento entre os pares dentro da sala de aula e permitir que os próprios alunos sejam multiplicadores das discussões efetuados durante o percurso do estágio para o contexto social em que vivem.

A escola deve contribuir para o desenvolvimento de capacidades técnicas a serem desenvolvidas nas disciplinas convencionais (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, entre outras), porém, deve também “desenvolver um projeto de educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la” (BRASIL, MEC/SEF, 1997, p. 24). E é nesse sentido que as temáticas escolhidas devem ser inseridas na escola.

Elencamos as olimpíadas, a copa do mundo e a violência escolar enquanto tema transversal, porque segundo as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), um tema transversal deve considerar os seguintes aspectos: urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, favorecer a compreensão da realidade e a participação social.

A escolha dessa temática também permite trabalharmos de acordo com os princípios previstos nos PCNs quando afirma que a escola deve ser um espaço não só de formação, mas de informação. As crianças necessitam de uma escola capaz de conectá-las com o mundo em que vivem, com as situações que ocorrem no dia a dia e lidar com os problemas com ética e responsabilidade. Assim,

A formação escolar deve propiciar o desenvolvimento de capacidades, de modo a favorecer a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como possibilitar aos alunos usufruir das manifestações culturais nacionais e universais. (BRASIL, 1997b, p. 33).

Não partir do conhecimento dos alunos é um dos condicionantes que podem determinar uma prática educativa pautada na centralidade da relação ensino-

aprendizagem ao professor, já que ao não diagnosticar os saberes prévios dos alunos, o docente contribui para uma cultura que essencialmente está baseada numa *condição do silêncio* dos estudantes (OLIVEIRA, 2004).

Essa condição origina a clássica cena proposta por Paulo Freire (2005) da Educação “bancária”, em que o aluno limita-se a ser um objeto passivo do processo educativo, enquanto o professor é o sujeito do mesmo. “A educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (p. 66).

Rocha (2008) esclarece que “as crianças não só reproduzem, mas produzem significações acerca de sua própria vida e das possibilidades de construção da sua existência” (p. 46). Ou seja, o ato de não considerá-las como participantes ativos do processo educativo, da relação ensino-aprendizagem se traduz numa perspectiva excludente do aluno pelo professor.

Os conteúdos foram desenvolvidos nas diferentes disciplinas, com foco principalmente nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática. Dessa forma, a contribuição dessas disciplinas estará de acordo com o que defende a Lei de Diretrizes e Bases- LDB quando cita sobre os objetivos do ensino fundamental.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; (grifo nosso)

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL/LDB, 2008)

Desejamos com este trabalho contribuir com a mudança dessa visão conservadora da prática de ensino docente, construindo o conhecimento a ser ministrado

junto com as crianças, ouvindo-as, com atenção, para formularmos uma prática de estágio significativa tanto para professores quanto para alunos.

Não poderíamos escolher espaço melhor para discutirmos tais assuntos com a escola, pois ela é formada por uma pluralidade de pensamentos, com alunos e alunas que trazem de suas vivências, experiências significativas para uma análise mais apurada dos conteúdos apresentados em sala de aula.

ASPECTOS GERAIS DA ESCOLA ESTUDADA

O estágio foi realizado na escola estadual São Cristóvão, localizada no bairro Grageru, zona sul de Aracaju. É um bairro conhecido por abrigar escolas particulares de grande prestígio na cidade. Tem como limites os bairros Jardins, Luzia, Salgado Filho e Inácio Barbosa, sendo muitas vezes confundido com o primeiro.

Segundo dados obtidos no *site* da Secretaria Estadual de Educação – SEED, em 2012, a escola possui um total de 121 crianças matriculadas, distribuídas entre o 1º e o 5º ano do ensino fundamental, sendo que desses 107 estão no ensino regular e 14 no ensino especial.

Toda murada, a escola possui uma área de 3167m² de terreno e 1090m² de área construída, distribuídos entre três salas de aula, biblioteca, sala de coordenação, sala de recursos, 2 banheiros e refeitório. A escola não possui quadra esportiva e, nas aulas de educação física, as crianças utilizam a quadra da rua que se encontra ao lado da escola. Vale destacar que a escola possui barras de ferro, localizadas na lateral das paredes dos corredores, para facilitar a mobilidade das crianças cegas e com baixa visão.

Em 2012, a escola ganhou destaque pela nota obtida no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2011 em que atingiu a nota 5,6, a mais alta encontrada nas escolas do estado de Sergipe. O IDEB mede o desempenho das escolas de dois em dois anos a partir de três conceitos: a aprovação, a evasão e a média obtida nas avaliações de língua portuguesa e matemática da Prova Brasil.

Assim, a expectativa do governo federal é que até 2022 as escolas brasileiras atinjam a média 6,0, equiparando-se à média dos países desenvolvidos. Podemos perceber que a escola Estadual São Cristóvão já está próxima dessa média esperada para 2022. Como a escola subiu 1 ponto do IDEB de 2009 (4,6) para o de 2011, a expectativa é que ela esteja com a média atingida já em 2013.

O estágio foi realizado na turma do 3º ano, no turno da tarde. Nesta sala, estavam matriculadas 26 crianças, de ambos os sexos. E, dentre elas, havia duas crianças com deficiência visual e uma com deficiência motora.

A turma é composta por crianças de ambos os sexos e idades, no total de 26, sendo que a maioria está na faixa etária entre 8 e 10 anos. Nos primeiros contatos percebemos uma turma bastante heterogênea e ativa. Percebemos também alguns líderes que tinham a capacidade de convencer os colegas no que fosse necessário. Essa liderança em alguns momentos prejudicou o andamento das atividades, visto que as crianças não prestavam atenção no que estava sendo proposto.

Os estudantes, em sua maioria, moram próximos ao colégio e os pais levam e buscam os alunos diariamente. São poucos os que faltam com frequência. Em casa, muitos têm acesso a recursos e meios tecnológicos como televisão, computadores, celulares e internet e não precisam ajudar com as tarefas diárias de casa.

No entanto, encontramos alguns alunos – minoria – que não vivem sob as mesmas condições socioeconômicas. São alunos que moram distantes, alguns vêm e volta sozinhos para casa, não têm acesso a computadores ou internet e ajudam os pais com as tarefas diárias, como a limpeza da casa, por exemplo.

Essas condições materiais se refletiram na postura discente quando apresentamos os conteúdos que seriam trabalhados – conteúdos que partiram em primeiro caso da escolha dos próprios alunos. Os alunos com melhor condição social manifestaram mais interesse em relação aos outros alunos, que preferiam trabalhar com os livros didáticos, muito devido ao fato de ainda terem dificuldade em ler e escrever.

OPERACIONALIZAÇÃO: da teoria à prática

Durante a operacionalização das atividades percebemos o quanto se torna importante a reflexão diária sobre a prática, porque nos permitiu pensar sobre o ato educativo, com todos os seus desafios a serem enfrentados. Dessa forma, as atividades foram desenvolvidas com base nas observações e planos de aula construídos por meio dos assuntos escolhidos pelas crianças.

Com base nos objetivos gerais preconizados nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, adotamos uma metodologia que permitiu a participação dos alunos e que permitia uma certa flexibilidade durante a aplicação.

Diante dos inúmeros objetivos do Ensino Fundamental, adotamos os seguintes, com base principalmente em nossa temática:

compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;

questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação. (BRASIL, 1997c, p. 69)

Iniciamos as atividades com as apresentações entre os professores e as crianças. Esse momento de acolhimento e diálogo permitiu que nos aproximássemos dos alunos e de suas histórias. Depois das apresentações, construímos com as crianças os combinados. Assim, dividimos a turma em quatro grupos e cada um ficaria responsável por observar as atitudes dos outros, descrevendo as ações que poderiam acarretar em perda de pontos. Atitudes como conversar fora de hora, brigar, manter materiais em desordem, manter-se em pé durante as explicações foram considerados como ponto negativo pelas crianças.

Assim, foram se estabelecendo um conjunto de regras em que as próprias crianças entendiam como comportamentos corretos e incorretos, prejudiciais e não prejudiciais. Esse exercício de convivência nos permitiu construir o ensino e a aprendizagem de valores e atitudes com as crianças. São em pequenos instantes que as crianças passam a perceber que conviver em grupo requer respeito, cordialidade, limites. Valores e atitudes são elementos que precisam ser trabalhados em sala de aula, já que a aprendizagem deles são pouco explorados do ponto de vista pedagógico. (BRASIL, 1997a).

Em outro dia de atividades, trabalhamos com eles um texto sobre a Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil, que fazia reflexões a respeito desses eventos em nosso país, apresentando benefícios e desvantagens de sediar tais jogos.

Fizemos uma leitura coletiva do texto e depois abrimos para uma conversa entre a turma sobre o que achavam da presença desses eventos no nosso país. Como o texto tinha muitas palavras pouco conhecidas pelas crianças, fizemos outra atividade para

localizar e pesquisar sobre as palavras desconhecidas. Assim, elas fizeram o exercício de refletir sobre a mensagem do texto ao mesmo tempo em que trabalharam uma competência importante que é buscar o significado das palavras.

Durante a atividade de localizar e pesquisar sobre palavras desconhecidas, algumas crianças demonstraram pouco interesse. Muito pelo fato de que elas deveriam reler o texto individualmente e circular as palavras que não sabiam o significado. O ato da leitura para algumas delas é ainda um processo difícil de trabalhar.

O nosso objetivo foi trazer um texto com conteúdo suficiente para que as crianças pudessem ampliar o conceito a respeito do tema em questão, já que “não se formam bons leitores oferecendo materiais de leitura empobrecidos” (BRASIL, 1997c, p.29). Não subestimamos a capacidade das crianças em relação à compreensão e análise crítica do texto. No entanto, percebemos a dificuldade delas em manterem-se concentradas na atividade.

Já em um novo encontro, resolvemos trabalhar com as crianças uma temática que se fazia ausente entre alguns alunos, que era a questão do respeito. Vimos que certos preconceitos – como o tipo de cabelo, a cor da pele, entre outros – eram presentes na sala de aula, dificultando o processo de socialização das crianças.

Assim, essa atividade nos permitiu trabalhar com um dos objetivos do ensino fundamental presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que se traduz em

conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, 1997c, p. 69)

Para tratarmos desse assunto, levamos o texto “As Tábuas do João”, que trata da história de um menino que muitas vezes não era um bom colega ou um bom amigo, magoando muitas pessoas. Alguns alunos, depois de lerem o texto, reconheceram que na sala havia alguns colegas como o “João”, que também magoavam as pessoas.

Além de falarmos sobre a importância de se respeitar o outro, conversamos com os alunos sobre as diferenças, seja entre nações ou entre famílias, mostrando que o mundo é composto de diferentes pessoas, com diferentes pensamentos, e que por meio das diferenças buscam a igualdade entre todos. Buscamos a igualdade nas diferenças,

respeitando as culturas de cada um. Após a discussão, foram distribuídas questões sobre a interpretação do texto em que as crianças deveriam respondê-las.

Nos últimos encontros, resolvemos trabalhar com as crianças o tema da violência: violência em casa, na escola, na rua, nos esportes, nas sociedades. Pedimos que elas escrevessem algo sobre o que achavam da violência e fizessem um desenho. A aula rendeu boas conversas, levando em consideração que a violência é um dos temas bastante recorrentes na escola.

Na própria sala havia uma aluna com um histórico de violência, a mesma já veio expulsa de outra escola devido a um episódio de violência contra um colega de sala. Como tínhamos pedido que as crianças pesquisassem as palavras "consciência" e "bullying" em aulas anteriores, solicitamos que elas primeiro soletrassem as palavras. Em seguida, perguntamos se elas já ouviram falar da palavra *bullying*, elas responderam positivamente.

Questionamos se elas sabiam o significado da palavra e elas não souberam, então respondemos que em inglês significava "valentão". Em seguida, perguntamos se elas sabiam o que era o *bullying*. A primeira palavra de muitos foi violência, afirmando que o *bullying* acontecia quando um colega brigava com o outro, batia, fazia brincadeira de mau gosto e até mesmo xingava.

Para evitar confusões a respeito do conceito, perguntamos se toda brincadeira de mau gosto era considerada *bullying* e elas afirmaram que sim. Logo, trouxemos as informações de Melo (2010, p. 19) que define o *bullying* como o "comportamento intencional, logo, premeditado, sistematizado, planejado, articulado de forma repetitiva de agressão verbal, psicológica ou física adotado, sobretudo, no âmbito escolar ou externo à escola".

A direção da escola havia feito uma reunião com os pais alguns dias antes para tratar desse assunto, tendo em vista o alto índice de violência entre os alunos. Preocupados, eles tentam conscientizar os pais das conseqüências de tais atitudes perante os filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando levamos os conteúdos a respeito da Copa do Mundo, das Olimpíadas e da Violência para dentro do espaço escolar, percebemos duas situações distintas: primeiro a atenção de uma parte da turma, interagindo bastante por se tratar de temas comuns dos noticiários da televisão brasileira; e segundo, o desinteresse por outra parte da turma, pois de tão acostumados a assuntos lineares propostos pelos livros didáticos, não satisfaziam sua atenção tratar de tais assuntos.

Tal acontecimento, nos fez refletir quanto à relevância dos livros didáticos na vida escolar do aluno. O quão difícil é para ele se desprender de um objeto em que a maioria dos professores centra como única fonte de conhecimento e aprendizagem. A partir dessa situação, foram aparecendo outras questões que tratamos a seguir.

Controle e domínio da turma. Admitimos que foi muito difícil se trabalhar os conteúdos propostos nessa turma. Diferentemente de outras experiências de estágio (tanto do estágio curricular quanto do extracurricular), não conseguimos obter um exercício docente satisfatório. Sentimos muito esse problema, que nos fez pensar e repensar muitas vezes nossa prática docente perante os alunos.

Levando em consideração os primeiros resultados obtidos de nossas ações, resolvemos, a partir de nossas análises, re-configurar nosso planejamento, trazendo atividades que fossem mais familiares aos alunos com dificuldade de leitura e escrita, para que estes elementos fossem mais bem trabalhados durante nossa experiência.

Também não desconsideramos os alunos mais “avançados” da turma, trabalhando com eles a ressignificação dos saberes prévios, mostrando através de algumas atividades, que mesmo quem “sabe” ainda pode “errar”; e tentamos trabalhar também a solidariedade quanto aos outros alunos através dos trabalhos ou avaliações em grupo, demonstrando que no coletivo, um ajuda ao outro, e não necessariamente precisamos ter a pretensão de um ser melhor que o outro.

Dessa forma, nossa avaliação esteve pautada na evolução e participação dos alunos nas atividades e não somente na atribuição de notas quantitativa. Os valores para nós não foram considerados essenciais, tal como defende Antunes (2011, p. 58)

para muitos, a avaliação correta é a que mede e, por isso, os valores e os números são essenciais, a comparação entre desempenhos inevitável. É óbvio, para os que assim pensam, que uma nota seis alcançado pelo preguiçoso inteligente que nada buscou ou pelo seu

colega que, para a esse mesmo número chegar, varou noites em sua busca. Essa forma de avaliação compara, exclui, mutila, deprime o derrotado, exalta os vencedores, premia apenas os números melhores.

O problema do “controle” e “domínio” da turma foram se agravando conforme evoluía nosso trabalho. Percebíamos que quanto mais liberdade eles tinham mais livres eles queriam ficar. Ao se encontrarem livres de algumas regras estabelecidas pela professora titular da turma, que preferiu não acompanhar nossa prática na sala de aula – apesar de ter nos dado toda atenção e ajuda necessária –, deixando-nos livres para uma prática pedagógica sem interferências.

Não vemos aqui a falta de “controle” e “domínio” como um problema educacional, atentamos a isso mais pelo fato de ser um problema constante para a coordenação escolar, que sempre cobra de seus docentes “segurança” e “mão firme” no trabalho diários. Essa postura faz com que prendamos nossos estudantes à rotina escolar, de chegar à escola em determinado horário, sentar e ficar em silêncio até o intervalo, sair, correr – quando não repreendido – e voltar a ficar sentado e em silêncio até o fim da aula, para que dessa forma volte à sua “liberdade”, controlada pelos pais.

Se percebermos um problema nesse quesito, é devido à cultura impregnada nesses alunos e por eles absorvida. O fato de terem mais liberdade não estabeleceu um novo padrão exemplar às outras turmas ou a si mesmo; e isso refletiu muito mais em nós do que nos próprios alunos. Quanto mais estabelecido nesse “padrão” escolar, mais “perdido” o aluno se encontra em sua “liberdade”.

E por que isso foi um problema maior para nós, professores? Porque os alunos passavam por uma nova experiência, talvez ainda não vivenciada, e tinham condições de se expressar, de opinar, de construir a própria aprendizagem durante o processo educacional. A nós, professores em ação, ficamos tão perdidos quanto eles ao perceber que a liberdade não era totalmente aproveitada por eles.

Esse fato nos levou, em certos momentos, a tomar atitudes contrárias aos nossos princípios, imitando ações conservadoras de nossa docência, como a intimidação ao aluno, a punição por algo feito (ou não feito) e até mesmo, em determinadas situações, o grito para efeito de atenção. Não percebemos, a partir de nosso trabalho, que vinte dias era muito pouco para se trabalhar com essa nova atitude e cultura discente.

Da mesma forma que nós, professores, tivemos nosso tempo de adaptação e de estudo antes da prática, deveríamos considerar que as crianças precisariam desse mesmo

tempo, pois para elas isso seria algo ainda mais novo nessa cultura escolar do silêncio em que elas são revestidas diariamente.

Com isso, percebemos que dez é muito pouco para se trabalhar com crianças em pleno ritmo de aprendizagem – ou em falta de ritmo do mesmo. Nossa prática propõe uma mudança organizacional que difere de criança para criança, de escola para escola. Nem todos estão preparados para assumir uma liberdade na relação aluno-professor. Principalmente aqueles que estão acostumados à vigilância e à punição. As crianças necessitam ser educadas para a liberdade com responsabilidade e não presas ao fato de que se fizerem algo de errado serão castigadas. Caso contrário, correremos o risco de educar cidadãos dóceis, que não tem autonomia para tomar decisões. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (FOUCAULT, 1987, p. 119).

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2005.
- BRASIL, Lei Darcy Ribeiro. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Brasília: Senado Federal, 2008.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília, DF: 1997a.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: 1997b.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, DF: 1997c.
- FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. p.117-137.
- MELO, Josevaldo Araújo. **Bullying na escola: como identificá-lo, como preveni-lo, como combatê-lo**. Recife: EDUPE, 2010.
- OLIVEIRA, A. M. (2004). Entender o Outro(...)Exige mais, quando o Outro é uma criança: Reflexões em Torno da Alteridade da Infância no contexto da Educação Infantil. In: M. J. Sarmiento, A. B. Cerisara, & (orgs), **Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da Infância e Educação** (pp. 181 - 2003). Porto - Portugal: Asa.
- ROCHA, Eloisa Acires Candal. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, Sílvia Helena Vieira. **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2008.
- SILVA, Walburga Arns (Org.). **Organização do trabalho e ação pedagógica: influência da pré-escola no processo de alfabetização**. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2004.